



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E DA CIDADANIA

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E DA CIDADANIA DÁ A SEGUINTE REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N. 0131/2014.

Dispõe sobre a utilização de aparelho sonoro ou musical no interior de veículos de transporte coletivo e nos terminais de Fortaleza e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:

Art. 1º Fica proibido o uso de aparelhos sonoros ou musicais por parte dos usuários no interior de veículos de transporte coletivo e nos terminais de Fortaleza, salvo mediante aparelho auditivo pessoal.

§ 1º Para fins desta Lei, a expressão aparelhos sonoros ou musicais compreende, dentre outros, os tocadores pessoais de música em formato digital, telefones celulares, *ipod*, *tablet*, *notebook*, *netbook*, rádio, MP3, MP4 e similares.

§ 2º A expressão veículos de transporte coletivo compreende, dentre outros, os de transporte como ônibus, vans, autolotações, transporte aquaviário como barcas, transporte ferroviário como trem, no âmbito do município de Fortaleza.

Art. 2º É obrigatória a fixação de avisos proibitivos nos locais abrangidos pela presente Lei, com indicação do número e data da mesma, em letras legíveis e de fácil visualização, contendo os seguintes dizeres:

É PROIBIDO O USO DE APARELHOS SONOROS OU MUSICAIS SEM A UTILIZAÇÃO DE FONE DE OUVIDO, SOB PENA DE MULTA.

Art. 3º A inobservância do preceituado no art. 1º sujeitará os infratores ao que se segue:

- a) serão convidados a se retirar dos veículos especificados nesta Lei;
- b) caso se neguem a observar tal recomendação, será pedida a intervenção policial.



Art. 4º O descumprimento ao disposto na presente Lei acarretará multa no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) ao usuário do aparelho e à pessoa jurídica ou física que explore o serviço de transporte, dobrada no caso de reincidência.

Parágrafo único. O valor da multa de que trata este artigo será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção desse índice, será adotado outro índice criado por legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA, EM 05 DE novembro DE 2014.

F - E Q F L

Mantenuu

m m

Presidente